



## **O POLÍTICO NA LÍNGUA E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA COMO POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS DE ENSINO**

Giselda Corrêa Dorilêo<sup>1</sup>

Neste trabalho, tomamos como norteamento uma concepção de língua que faça sentido no espaço escolar, compreendendo esse espaço escolar como necessário para que, tanto o professor, quanto o aluno da escola pública possam significar e significarem-se. Trabalhamos filiadas ao campo discursivo, e, dessa forma, nos valem de algumas noções teóricas para produzirmos algumas reflexões. Assim, precisamos, por exemplo, entender que o estudo das condições de produção de um enunciado não se limita a um estudo gramatical da língua, mas de levar em conta outros aspectos externos à língua, que fazem parte de uma abordagem discursiva: os elementos históricos, sociais, ideológicos que cercam a produção de um discurso e que nele funcionam; o modo como esse discurso se produz na relação com outros discursos que circulam na sociedade.

Nossos estudos consistiram no desenvolvimento de uma proposta de intervenção didático-pedagógica ancorada nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, que tem como precursores Pêcheux na França, e Orlandi no Brasil, para uma sala de aula composta por 33 alunos, com idade entre 13 e 15 anos, do 9º ano do ciclo de formação humana do ensino fundamental da rede pública estadual de ensino, localizada num bairro periférico, na cidade Várzea Grande, Mato Grosso. Inscrevemos nosso trabalho na perspectiva da leitura discursiva que objetiva criar condições de produção para a formação de alunos-autores.

A princípio, acreditamos que para proporcionar tais condições para a produção de conhecimento do aluno, bastaria apenas a mudança da maneira de trabalhar o texto de forma conteudística. Um equívoco, pois durante a execução do projeto nos deparamos, ainda, com o seguinte questionamento: como mudar nossa maneira de nos relacionarmos com o aluno? Refletindo sobre esse questionamento é que (re)descobrimos que precisamos olhar para o aluno não somente como alguém que precisa aprender, mas como alguém que precisa fazer parte da aprendizagem. Ele necessita sentir-se parte do processo do conhecimento, precisa significar-se para significar o mundo que o cerca. Então, começamos por rever nosso lugar de professor e o que significava realizar este trabalho dentro de uma instituição escolar, sendo ela um aparelho ideológico do estado (ALTHUSSER, 1970).

Neste período de deslocamentos de sentidos, ocorreram mudanças significativas na relação com o outro, pois conseguimos ser mais sensíveis aos problemas relacionados com o universo escolar e perceber que tais problemas não estão somente associados à educação. Agora,

---

<sup>1</sup> Mestra em Letras no Mestrado Profissional - PROFLETRAS pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2015). Atualmente é Professora efetiva de Português/Inglês do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) campus Juína-MT. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente no seguinte tema: leitura e autoria. E-mail: giselda.dorileo@jna.ifmt.edu.br



compreendemos que estão relacionados às condições de produção, ao nosso processo histórico-social e político, a nossa posição-sujeito e com a ideologia que nos atravessa. Que somos livres para nos submeter à escolha, dentro daquilo que nos é permitido. Cabendo, a nós, algumas vezes, subverter a ordem já estabelecida e de alguma maneira, até mesmo, resistir aos processos pelo qual somos cerceados. Nesse importante período de (re)construção do que é chamado “ser professor” é que renovamos nossas expectativas e nosso olhar diante da prática-pedagógica.

Uma das questões centrais para uma análise do discurso pedagógico (ORLANDI,2008) é o modo como compreendemos as condições de produção, que são definidas como o conjunto dos elementos que cercam a produção de um discurso: o contexto histórico-social, o sujeito, o lugar de onde falam à imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando (ORLANDI,2008).

Pensando a escola como um lugar de reflexões, tendo a noção de autoria (ORLANDI, 2008) como principal na relação com a linguagem, em que a noção de leitura, ancorada numa prática discursiva, produzissem condições para o aluno tomar posição crítica sobre o sistema de representação político brasileiro. Como sujeitos de linguagem, o objetivo foi o de tomar a língua não apenas como um sistema de signos utilizados apenas para expressar a comunicação ou pensamento, mas pensando-a como um espaço de relações, um modo de produção social, um lugar apropriado para a compreensão de efeitos ideológicos, pois a linguagem, sendo opaca, instaura um lugar de conflitos, de confronto ideológico, sabendo que não há discurso neutro e que todo discurso produz sentidos que materializam posições ideológicas (PÊCHEUX, 1975).

Com o objetivo principal, buscamos realizar um trabalho de intervenção sustentado em práticas discursivas de leitura, a fim de que nossos alunos ocupassem uma função de autoria, para que pudessem construir e compreender os sentidos possíveis para produzir efeitos de ousadia em seus textos. Conforme assevera Orlandi (2008), um movimento que coube a escola foi o de propiciar a passagem de enunciação para autor, experimentando práticas discursivas para produzir, interpretar e compreender um texto, possibilitando sua constituição em uma prática de autoria - o aluno ter acesso ao lugar de autor. Assim como conclui:

Podemos, enfim, dizer que a escola deve propiciar essa passagem enunciação/autor – de tal forma que o aprendiz possa experimentar práticas que façam com que ele tenha o controle dos mecanismos com os quais está lidando quando escreve. Estes mecanismos são de duas ordens:

- a) Mecanismos do domínio do processo discursivo, no qual ele se constitui autor.
- b) Mecanismos do domínio dos processos textuais nos quais ele marca sua prática de autor (ORLANDI, 2008, p. 81).

Criar condições de produção para a autoria ressignificando as práticas de leitura sob a perspectiva da Análise de Discurso no espaço escolar é um grande desafio e maior desafio ainda é propor isto, também, na discursividade oral, “[...] considerando que, na Escola, não valorizamos a discursividade oral” (GALLO, 2013, p. 55).

A autoria não se ensina, mas se pratica no processo da textualidade, por isso a proposta de (re)significação da concepção de texto em sala de aula, para que o aluno se aproprie de



conhecimentos sobre o sistema de representação político brasileiro, para que possa posicionar-se diante de suas escolhas políticas, utilizando da linguagem verbal e não-verbal, percebendo, também, o poder constitutivo emanado na/da língua.

Entendemos que um trabalho de leitura, nessa perspectiva, conduz, segundo Pêcheux (1981), “a dar lugar ao inconcebível em um duplo gesto: conceber claramente o concebível para mostrar o inconcebível”, isto é, regular um sistema e um intradiscurso e destruir a homogeneidade imaginária dos mesmos (CAZARIN, 2006). Nessa direção, começamos a colocar em prática o trabalho com a leitura numa perspectiva discursiva, em uma sala de aula.

Iniciamos o projeto com a apresentação do cronograma das atividades que iríamos realizar no 4ª bimestre, explicamos que seria feita uma mudança na maneira da professora abordar a leitura durante o bimestre, informamos também, que o objetivo do trabalho seria para melhorar as condições de produção de leitura em sala de aula, para que isso pudesse refletir na sua oralidade, com relação ao sistema de representação político brasileiro.

Com as diferentes maneiras de praticar a leitura, objetivamos levá-los também a perceber o jogo de poder e o modo de funcionamento do silêncio, o que não se pode aí dizer, conforme Orlandi (2007), que nem sempre é dito tudo o que se pensa, que existem, nas entrelinhas, significados que intencionalmente não são para ser claros ou porque a situação não permite ou porque não querem responsabilizar-se por seu dizer - comum no discurso político. É um sistema “pensado” no funcionamento da língua, com homens falando no mundo (ORLANDI, 2001, p.20).

Começamos com a leitura de um trecho da Constituição, abordando textos jurídicos sobre direitos políticos, um trecho da Constituição Federal do Núcleo dos Direitos Políticos, Natureza do Voto, Exercício do Direito ao Voto, Elegibilidade, Direitos Políticos Negativos para darmos início às discussões referentes ao tema. Entregamos uma cópia do texto a todos e fizemos a primeira leitura. Percebemos que os alunos voltaram sua atenção para as questões sobre: quem tem direito ao voto, elegibilidades e nossa primeira impressão com relação à leitura deste texto por parte dos alunos não foi uma tarefa fácil, tivemos que ler repetidas vezes, devido esse tipo de texto não ser utilizado na escola, em sala de aula, o que não deveria acontecer, pois deveríamos ler para compreender nossa Constituição para nos constituirmos como cidadãos críticos. Esse foi nosso primeiro contato com o tema, entender como votamos e em quem votamos. Durante a conversa alguns começaram a questionar sobre a importância de aprendemos a dar valor nele. Propomos também a leitura do Estatuto da Criança e do Adolescente e algumas charges que abordam o tema político. Não foi possível realizar tudo o que planejamos, visto que acreditamos que em quatro aulas seria possível, mas o tempo foi curto e apenas lemos o trecho da Constituição, que foi de extrema importância, visto que os alunos têm pouco ou nenhum contato com o texto jurídico. Nesse primeiro contato, embora breve, os alunos gostaram muito e começaram a compreender as responsabilidades do voto, como ele é pensado e para que serve, e como deveria ser muito bem executado pelos cidadãos, com muitas responsabilidades, o que não tem sido feito ultimamente, pois o povo acredita que o voto pode ser feito de maneira inconsequente que não trará prejuízo a sociedade, sem perceber que o voto no



representante errado traz sérias consequências e danos sociais gravíssimos, principalmente para a educação. Infelizmente, não pudemos fazer as comparações com as charges e o estatuto da criança e dos adolescentes que estavam previstas no projeto. Só esses materiais já dariam um outro projeto para mais um bimestre, que possivelmente será desenvolvido, num outro momento.

Iniciamos nossa conversa questionando sobre os nossos políticos, quem eram eles? E se os alunos estavam satisfeitos com a forma de se fazer política. Foi unânime a resposta que todos estavam insatisfeitos. Poucos se lembraram dos vereadores, do prefeito, alguns do presidente da república e outra pequena parcela do governador. Quase ninguém se lembrou dos deputados, senadores, presidentes de bairros, diretor de escola, e de outros representantes significativos do povo.

Perguntamos se eles sabiam que esses políticos eram nossos representantes políticos e que são escolhidos pelo próprio voto do povo. A maioria respondeu que não sabia o que significava ser representante político, alguns ainda disseram que era para representar o povo, mas não sabia como eles iriam fazer tal representação e nem como. Mas, todos sabem que eles são eleitos pelo povo. E que algumas vezes até vendem o voto - nem percebem que é o político que oferece compra desse voto. E acabam sempre colocando a responsabilidade somente no eleitor.

Perguntamos, também, se sabiam quais eram os objetivos deles em querer nos representar politicamente. Uns responderam que era porque gostavam do povo. Outros pelo ótimo salário que recebem. Outros falaram que é por causa da “boa vida” que os políticos levam, das mordomias de ter carro à sua disposição, viagens.

Questionamos se a população está descontente com esses políticos, por causa do “desvio de verba” por esses mesmos políticos, porque o povo continua escolhendo-os mesmos para representá-los? Aí, disseram que há dois tipos de eleitores: os que são enganados, pois não sabem votar no político certo, porém acreditam em sua mudança comportamental. Já tem outra parcela que vende o voto, acreditando que assim estão ganhando de alguma forma, pois sabem que depois que o político assume o cargo, se esquece de quem votou nele. Percebemos que os dois casos de eleitores são prejudiciais para o bom desenvolvimento do país.

O objetivo de iniciar este trabalho com o texto jurídico foi o de proporcionar a eles essa familiarização com esse tipo de texto. E também:

[...] desvelar os fatos resistentes que precisam ser apagados para que os sentidos se deem, tornando visível o seu modo de funcionamento. É, enfim, como diz Pêcheux (1984), fazer com que a opacidade do texto, que aos olhos do leitor se apresenta como transparente, faça-se visível (PFEIFFER, 1995, p. 04)

Isso os levaria a novos gestos de interpretação, sobre o que está previsto na lei, sobre o voto e os representantes políticos e como acontece na prática essa escolha dos representantes, pois os alunos ainda desconhecem, mas precisavam tomar conhecimento, para a mudança da prática do voto sem responsabilidades e sem pensar nas consequências desse voto, visto que quem é penalizado e prejudicado por tais atitudes incoerentes somos nós mesmos - os eleitores.



Assim, começamos a direcioná-los em direção a constituição do sujeito-autor, que nesse trabalho pretendemos realizar com a língua(em), numa abordagem diferente da qual estamos acostumados, ou seja, não numa língua(em) mediada pela ideologia, imutável, transparente e com sentido único (PFEIFER, 1995) mas passar a estudá-la como um espaço de possíveis rupturas despercebidas até então.

O trabalho com a língua e a linguagem para se pensar/refletir sobre o político e a política para a textualização da fala dos alunos sobre nossos representantes políticos nos foi apontando para sua assunção de autoria, pois estes demonstravam, um processo em concomitância em suas formulações oral e escrita, a partir das reflexões feitas diante do tema exposto, na prática das atividades, sobre a fala e a posição dos políticos, nas leituras dos textos jurídicos, e principalmente quando falaram dos representantes políticos brasileiros. Um movimento rumo aos deslizamentos dos sentidos, visto que os alunos começaram a realizar novos gestos de interpretação ao dizer algo diferente daquilo que já estava naturalizado, institucionalizado e silenciado sobre o tema proposto.

Fomos significando sobre a importância da assunção de autoria, pelos alunos, em relação ao tema da representação política. Para isso, buscamos compreender a produção dos efeitos de sentidos na prática de leitura em sala de aula. Mostramos como a instituição escolar e o funcionamento ideológico também afetam essa prática. Pensamos na posição sujeito-professor, no uso do discurso pedagógico e de como devemos trabalhar de maneira discursiva com a leitura e o texto em sala de aula, para que estas oportunizem a passagem do sujeito-aluno para sujeito-autor. Compreendemos também, durante esse percurso, a necessidade da transposição das barreiras simbólicas da educação Gallo (2012), percebendo que "há dominação, mas também há resistência", conforme alude Nunes (2005), a partir de Pêcheux. Mesmo que haja dominação, precisamos do processo de resistência para deslocarmos os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso pedagógico que circula em sala de aula, pois este já não se sustenta em relação às práticas sociais contemporâneas. O deslocamento é necessário para modificarmos efetivamente essa prática, tornando-a mais significativa para o aluno e também para o professor.

Cabe ainda à política educacional pública, garantir formação profissional teórico-prática de qualidade aos docentes, seja em que nível for, para que se deixe de alimentar um espírito colonialista e uma pseudo-independência da qual se vive impregnado e se passe a lutar (resistir), não só com as palavras, mas também contra as redes de poder que subjagam o sujeito. Lutar por um mundo menos cruel, menos egoísta e mais solidário (NUNES, 2005, p.102).

Pensando nessa direção da formação profissional teórico-prática dos docentes, é que pretendemos fazer ecoar pela sociedade nosso aprendizado para rever a maneira conteudística de se trabalhar com o texto e partirmos para uma leitura discursiva de modo a criar condições para o aluno perceber-se nesse jogo de poder, instaurado na instituição escolar, no processo de ensino-aprendizagem, para saber posicionar-se sobre as políticas que o cerceiam. Podendo assim, como nós, perceber que ainda persiste o modelo de leitura colonial, iniciado outrora com o objetivo de dominação, mas que ainda é realizado em sala de aula. Daí a importância deste trabalho com a leitura discursiva, visto que possibilita ao aluno uma nova relação que lhe permitirá ir além do dito e





deslocar os sentidos já naturalizados. Para que como cidadão possa lutar por uma sociedade igualitária e justa.

## REFERÊNCIAS

CAZARIN, E. A. A leitura: uma prática discursiva. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC: v. 6, n. 2, mai./ago. 2006. p. 299-313.

GALLO, S. L. *Novas fronteiras para a autoria*. Organon, Revista do Instituto de Letras da UFRGS, n. 53, Porto Alegre, ago/dez. 2013.

\_\_\_\_\_. *O ensino da língua escrita X o ensino do discurso escrito*. 1989. 138 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) -- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1989.

\_\_\_\_\_. O ensino da língua “materna” no Brasil do século XIX: a mãe outra. In: ORLANDI, Eni. (Orgs.). *Língua e Cidadania: o Português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

MARIANI, Bethania. *Colonização Linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

NUNES, S.R. *Metáfora e espetáculo no discurso de divulgação científica da mídia*. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: *História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. (Org.). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 9. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. Ética linguística. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas: Pontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 55-66.

PFEIFFER, C. R. C. *Que autor é este?* 1995. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 1995.